

RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.920 - RS (2019/0097323-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : CECI VIEIRA DA ROSA ULYSSEA
ADVOGADO : GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART E OUTRO(S) - SC019171

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 53):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ILEGITIMIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Não tendo o magistrado singular se manifestado acerca da legitimidade ou não da parte exequente, não pode tal questão ser objeto de análise em sede de agravo de instrumento, sob pena de supressão de instância.
2. Tendo a sentença exequenda imposto à parte uma obrigação de fazer (inclusão da GDAP aos proventos dos substituídos), e não tendo a referida obrigação sido cumprida de imediato, justifica-se a incidência de correção monetária e de juros de mora sobre as parcelas não pagas, ainda que não previstos tais consectários no título executivo.
3. Não tendo anteriormente sido arbitrados honorários advocatícios em favor da parte exequente, cabível a fixação da referida verba na decisão que resolve a impugnação ao cumprimento de sentença.

Os embargos de declaração opostos pela autarquia foram parcialmente providos, apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 75-84).

Sustenta a parte recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 1.022, II, do CPC/2015. Assevera que a decisão colegiada foi omissa em apreciar os seguintes pontos (e-STJ, fl. 92):

- a) Da possibilidade de conhecimento da alegação de ilegitimidade ativa para a execução;
- b) Do termo inicial de incidência da correção monetária e juros de mora, que não seria desde a constituição em mora, o que violaria à coisa julgada
- c) Da impossibilidade de fixação de honorários advocatícios em sede de impugnação ao cumprimento de sentença para a parte exequente.

No mérito, assevera o malferimento aos arts. 485, VI, 508 e 778 do CPC/2015, ao defender a possibilidade de conhecer a alegação de ilegitimidade ativa da parte exequente originariamente em agravo de instrumento, por versar matéria de ordem pública.

De outro lado, aduz contrariedade aos arts. 502 e 503 do CPC/2015, ante a suposta ofensa à coisa julgada, haja vista que o título judicial teria previsto um prazo de 60 dias após o trânsito em julgado para a efetivação do pagamento das parcelas devidas. Desse modo, o termo inicial da correção monetária e dos juros de mora deveria ter como termo inicial o término daquele prazo.

Ademais, suscita a violação do art. 85 do CPC/2015, por terem sido arbitrados honorários em impugnação ao cumprimento de sentença julgado parcialmente procedente, o que iria de encontro ao entendimento desta Corte, conforme aponta a Súmula 519 do STJ.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 108-119.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo insurgente.

Com efeito, a Corte de origem resolveu as três questões apontadas no recurso especial como não enfrentadas no mencionado acórdão (e-STJ, fls. 47-52):

Da leitura da decisão agravada, verifica-se que dela não consta qualquer manifestação acerca da legitimidade da parte exequente, não tendo a matéria sequer sido ventilada pelo INSS na impugnação ao cumprimento de sentença.

Assim, resta incabível, neste momento processual, o exame a respeito da legitimidade ou não da exequente, sob pena de supressão de instância, devendo tal questão ser submetida à análise do Juízo *a quo*.

Quanto aos juros e à correção monetária, esta Corte, em processos advindos do mesmo título executivo, vem entendendo pela sua incidência, inobstante a literalidade da decisão exequenda.

[...]

Por sua vez, verifica-se que, ao despachar a inicial executiva, o magistrado singular fixou honorários advocatícios tão-somente para o caso de não oferecimento de impugnação.

[...]

No caso dos autos, entretanto, foi oferecida impugnação versando sobre a totalidade do crédito pretendido, de modo que, não tendo anteriormente sido arbitrados, para tal hipótese, honorários advocatícios em favor da exequente, cabível a fixação da referida verba na decisão que resolve o incidente.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou

erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra

Superior Tribunal de Justiça

DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

Quanto à alegada violação dos arts. 485, VI, 508 e 778 do CPC/2015, esta não se configurou na hipótese, haja vista a devolutividade limitada do agravo de instrumento, restrita ao teor da decisão recorrida. Assim, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a legitimidade da parte exequente não poderia ser conhecida no Tribunal de origem, pois essa questão não foi suscitada no juízo singular.

É necessário ressaltar, no ponto, que o efeito devolutivo estabelece os limites do efeito translativo, pois delimita a extensão horizontal do objeto recursal. Portanto, apenas as questões de ordem pública que tivessem relação com o objeto da impugnação ao cumprimento de sentença poderiam ser analisadas de forma originária no bojo do agravo de instrumento sem caracterizar supressão de instância.

Nesse sentido, colaciono lição dos professores Fredie Didier Jr. e Leonardo da Cunha (Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e *querela nullitatis*, incidentes de competência originária de tribunal / Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha — 13. ed. reform. — Salvador: Ed. JusPodivm, 2016, pgs. 145/146):

É preciso, porém, fazer uma advertência: o efeito devolutivo limita o efeito translativo, que é o seu aspecto vertical: o tribunal poderá apreciar todas as questões que se relacionarem àquilo que foi impugnado - e somente àquilo. O recorrente estabelece a extensão do recurso, mas não pode estabelecer a sua profundidade. Isso, aliás, está claro na parte final do §1º do art. 1.013 e no parágrafo único do art. 1.034, ambos do CPC. Capítulo não impugnado transita em julgado e, por isso, não pode ser reexaminado pelo tribunal". É por isso, também, que o art. 1.008 do CPC determina que somente haverá substituição da decisão recorrida pela decisão do recurso nos limites do que foi impugnado.

Por outro lado, apreciação da alegada ofensa aos arts. 502 e 503 do CPC/2015 esbarra na impossibilidade de reexame dos elementos de prova dos autos, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de

que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/12/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. APLICAÇÃO DA PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TESE DE INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ANÁLISE QUE DEMANDA APRECIÇÃO DO ACERVO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL CONTIDA NO TÍTULO EXECUTIVO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Dessa forma, rever o entendimento firmado pela instância ordinária para concluir que a análise do pedido formulado pela parte Recorrente não ofenderia os limites da coisa julgada demandaria, necessariamente, o exame do conjunto fático probatório existente nos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 758.513/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 22.3.2016; AgRg no REsp. 1.157.779/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.6.2016.

[...]

(AgInt no REsp 1.604.184/RN, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 7/12/2016)

Por fim, a fixação de honorários está em consonância com o art. 85, § 1º, do CPC/2015, que estabelece a incidência da verba sucumbencial em cumprimento de sentença.

Ressalte-se que não houve contrariedade à orientação da Súmula 519 do STJ, pois esta veda a fixação de honorários em razão de rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença. Isto é, veda-se a dupla incidência de honorários nessa fase processual.

No caso, o Tribunal de origem julgou válida a decisão agravada, pois os honorários devidos pelo cumprimento de sentença não haviam sido arbitrados para a hipótese de impugnação da Fazenda Pública, conforme excerto anteriormente transcrito.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

